

Nacionalismo no Brasil: o papel dos intelectuais do ISEB

Charles Sidarta Machado Domingos

Mestrando em História PPGH/UFRGS e bolsista Capes
sob a orientação da Prof. Dra. Carla Brandalise.

Resumo: Este artigo aborda o papel protagonista dos intelectuais vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Tendo como fio condutor de nossa análise o conceito de nacionalismo, procuramos ao longo deste trabalho perceber as mudanças pelas quais o conceito passou ao longo da década de 1950 e primeira metade da década de 1960, encerrando com o golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: História Intelectual – ISEB – Nacionalismo.

Abstract: This article is about the lead roll that the intellectuals that participated on the Institute of superior brazilian studies played. We used the concept of nationalism in our analysis, trying to demonstrate the different meanings nationalism took during the fifties and early sixties, ending in 1964 with the military overthrow.

Keywords: Intellectual History – ISEB – Nationalism.

Introdução

A História Intelectual vem ganhando força no Brasil já há alguns anos. Hoje, mais do que tudo, ela é uma realidade. Em um artigo de grande divulgação no Brasil, o historiador francês Jean-François Sirinelli demonstra a gênese e a evolução da História Intelectual na França, com ênfase no seu desenvolvimento ao longo dos anos 1970.¹

Dado o caráter do livro no qual o artigo de Sirinelli está inserido – um autêntico “*Manifesto da História Política*”² – não é de se estranhar que ele se refira à “história política dos intelectuais” por mais de uma vez. Isso é importante, pois como assevera o próprio autor: “A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento da

história política, social e cultural”.³

O mesmo autor faz uma pergunta crucial para os objetivos da História Intelectual: “Teriam esses intelectuais, em uma determinada data, influído no acontecimento?”.⁴ Hoje a resposta é consensual a favor do papel dos intelectuais no transcurso dos acontecimentos. Por isso mesmo optamos por demonstrá-la no caso brasileiro, ao analisarmos o papel dos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), pois acreditamos, assim como Sirinelli, que

também é preciso estudar a descida, das cúpulas da *intelligentsia* até a sociedade civil, dessas idéias fecundadas e analisar, de um lado, sua influência sobre os sobressaltos da comunidade nacional, e de outro, mais amplamente, sua assimilação – ou não – pela cultura política da época.⁵

Assim, no caso brasileiro, procuraremos demonstrar como o conceito de nacionalismo – amplamente utilizado pelos intelectuais do ISEB – foi assimilado pelos estratos sociais de sua época. Mesmo com graus variáveis, o nacionalismo – juntamente com a idéia do desenvolvimento – foi a tônica dos Governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, estando presente inclusive nos momentos de transição entre a morte do presidente Vargas e posse do presidente JK, período no qual o ISEB é fundado.⁶

Antes de começarmos a discussão sobre as especificidades do nacionalismo brasileiro e o papel protagônico dos intelectuais do ISEB, acreditamos ser necessário fazer uma breve discussão sobre o fenômeno nacionalismo em sentido histórico mais amplo, por entendermos ser um dos conceitos mais importantes elaborados pelos intelectuais com vistas à intervenção social e política. Após essa breve incursão por alguns clássicos da historiografia sobre o tema traremos a discussão novamente para o cenário brasileiro.

1. A abordagem clássica do Nacionalismo

Um dos conceitos mais instigantes relacionados à História Política e à História Intelectual é o de nacionalismo. Raras são as ocasiões nas quais ele é utilizado de forma exclusiva: via de regra, está sempre acompanhado de conceitos ou expressões correlatas, tais como nação, Estado-nação, identidade nacional e sentimento nacional. O nacionalismo, na interpretação de seus mais destacados estudiosos, é um conceito com mais de dois séculos de existência e que passou por grandes transformações, o que atesta sua historicidade.⁷

O debate teórico sobre o nacionalismo aparece, pelo menos, desde os fins do século

XIX e o primeiro quartel do século XX.⁸ Sua atualidade é sempre presente.⁹ No entanto, um marco no debate historiográfico pode ser encontrado, sobretudo, a partir dos anos 1980.

É de 1983 a obra “Nações e nacionalismo: trajetórias”, de Ernest Gellner.¹⁰ Nesse trabalho, o autor aprofunda e atualiza algumas questões que já levantava desde a década de 1960. Obra de iminente caráter sociológico – em boa medida tributário dos ensinamentos de Max Weber¹¹ – e de forte vinculação com a teoria da modernização,¹² Gellner procura explicar o fenômeno nacionalismo dentro de parâmetros objetivos, com elementos concretos; no caso, a sociedade industrial, pois é nela que “o nacionalismo está enraizado num determinado tipo de divisão do trabalho, complexo, persistente e *cumulativamente em mudança*”¹³ capaz de moldar, com homogeneidade, a sociedade a partir de um sistema educacional direcionado para esse fim, “transformando todos em ‘letrados’, fazendo desta classe potencialmente universal uma classe realmente universal, e assegurando que todos, sem exceção, sejam ensinados por ela”.¹⁴

O autor afirma que “o monopólio da educação legítima é agora mais importante e mais central do que o monopólio da violência legítima”,¹⁵ deslocando aquele que era um dos elementos fundamentais do Estado Absolutista europeu, em razão do nacionalismo.¹⁶ Não concordamos com a dimensão dessa afirmação, pois mesmo com a importância incontestável da educação para os propósitos nacionalistas, é necessário lembrarmos que, tanto na Europa dos séculos XVIII e XIX (e até mesmo XX, na Rússia até a década de 1930) quanto no Brasil do século XX, a alfabetização em massa percorreu um caminho repleto de obstáculos. A nosso ver, a afirmação está muito mais relacionada com uma perspectiva teórica do que empírica da realidade.

Porém, mesmo com todas as objeções que possam ser feitas, a ideia de Gellner está correta em última instância: a educação é capaz de dar uma unidade ao povo, e isto acaba sendo prerrogativa do Estado.¹⁷ O fato de essa unidade ser utilizada para distintas finalidades de acordo com o tempo, só fortalece ainda mais a historicidade do conceito.

Em trabalho mais recente, ao se referir à sociedade industrial avançada, Gellner afirma que “o crescimento econômico é o primeiro princípio de legitimação desse tipo de sociedade”.¹⁸ É a partir do desenvolvimento da economia, portanto, que o conceito político de nacionalismo se organiza, tendo como “segundo princípio de legitimidade a nacionalidade”,¹⁹ caso bastante semelhante ao que ocorre no Brasil, durante o período que investigamos.

A perspectiva de Gellner é estimulante para o estudo do nacionalismo por deter-se em elementos socialmente construídos, como a industrialização e a escola. A partir dessas constatações, o autor descortina como alguns critérios utilizados para caracterizar o

nacionalismo – como a linguagem em sentido estritamente antropológico – são problemáticos para formar a definição do conceito. Para Gellner, os vínculos mais fortes em torno do nacionalismo são os políticos. Através deles que a sociedade industrial (ele quase não utiliza a nomenclatura capitalismo) define sua soberania. No entanto algumas importantes questões ficaram de fora de sua análise, como o sentimento de nacionalidade.

Coincidentemente, no mesmo ano de 1983 é publicada a primeira edição de outro clássico do estudo do nacionalismo: o livro de Benedict Anderson.²⁰ Seu título, “Comunidades Imaginadas”, dá uma boa dimensão da abordagem realizada pelo autor.²¹ Para Anderson, tanto “a nacionalidade, ou, como se prefira dizer, devido às múltiplas significações dessa palavra, *nation-ness*, bem como o nacionalismo, são artefatos culturais de um tipo peculiar”.²² Essa peculiaridade a que Benedict Anderson se refere está calcada no contexto do capitalismo. E possivelmente seja esta a grande inovação de seu trabalho: analisar, de forma articulada, a cultura enquanto elemento antropológico com a emergência e desenvolvimento do capitalismo, abrindo espaços para elementos subjetivos, que estavam ausentes da até então perspectiva hegemônica, protagonizada por Ernest Gellner.

Para Anderson, a nação é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”.²³ Dialoga diretamente com Gellner ao criticar este por associar a invenção das nações a “contrafação” e “falsidade”, quando deveria interpretar essa invenção como “imaginação” e criação”. E explica a nação como “imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”.²⁴ Com elegância e clareza Anderson elabora, como acabamos de perceber, a explicação daquilo que aqui por diante nos referiremos como sentimento de nacionalidade, ou sentimento nacional. Além disso, a nação é imaginada como soberana pelo momento na qual ela nasceu, época do Iluminismo e da Revolução Francesa, pautada pela participação e cidadania. E por fim, é imaginada como comunidade por ser capaz de produzir um sentimento de pertencimento, com um companheirismo profundo e horizontal, fraterno como um dos componentes da tríade discursiva revolucionária.²⁵

O autor inova também ao afirmar que “o que proponho é que o nacionalismo deve ser compreendido pondo-o lado a lado, não com ideologias políticas abraçadas conscientemente, mas com sistemas culturais amplos que o precederam, a partir dos quais – bem como contra os quais – passaram a existir”.²⁶ Esses sistemas culturais são a comunidade religiosa e o reino dinástico, além de concepções sobre o tempo produzidas pela análise de uma das fontes privilegiadas da História da Cultura: a literatura de ficção. No entanto, mesmo fazendo as

necessárias relações com o desenvolvimento do capitalismo, em especial o capitalismo editorial, o autor fica por demais apegado ao papel da vulgarização da língua como elemento de unidade do nacionalismo, mesmo que em alguns momentos, se aproxime do que Gellner percebeu com relação a alfabetização.

Anderson assim demonstra mudanças pelas quais o conceito passou, acentuando sua historicidade:

A chave para situar o ‘nacionalismo oficial’ – fusão voluntária de nação e império dinástico – está em lembrar que ele se desenvolveu *depois dos* e *como reação* aos movimentos nacionais populares que proliferaram na Europa a partir da década de 1820. Se esses nacionalismos se moldaram nas histórias americana e francesa, assim se tornavam agora, pos sua vez, modulares”.²⁷

Ainda dentro dessa idéia de transformação que o nacionalismo sofre e engendra de forma dialética, Benedict Anderson demonstra como ele pode atingir uma configuração reformista, citando o exemplo do nacionalismo húngaro do século XIX:

Ao mesmo tempo, a alfabetização que crescia pouco a pouco (em 1869, um terço da população adulta), a disseminação do magiar impresso, e o crescimento de uma pequena, mas ativa, *intelligentsia* liberal, tudo isso estimulou um nacionalismo húngaro *popular*, concebido de maneira muito diversa da do nacionalismo da nobreza. Esse nacionalismo popular, (...) teve seu momento de glória na Revolução de 1848. O regime revolucionário não só se livrou dos governadores imperiais nomeados por Viena, como também extinguiu a Dieta feudal dos Condados Nobres, pretensamente Ur-magiar, e promoveu **reformas** para dar fim à servidão e à isenção de impostos dos nobres, bem como para restringir o morgadio”.²⁸

O nacionalismo na sua conotação reformista é apenas e tão somente mais uma das possibilidades de transformação do conceito. Mas essas mudanças não se realizam à sua vontade, são antes de tudo ações humanas. E essas decisões variam com o tempo. Caberia a um historiador, portanto, analisar as transformações no conceito de nacionalismo, de 1780 até o fim do século XX.

Sem dúvida um dos mais brilhantes historiadores vivos de todos os tempos, Eric Hobsbawm fecha a tríade dos clássicos do nacionalismo a partir de suas reflexões de 1990.²⁹ Embora suas análises tenham muitas semelhanças com as de Ernest Gellner, notadamente a busca por elementos objetivos e a recusa ao entender o nacionalismo por um viés estritamente ligado a língua, Hobsbawm avança no estudo do nacionalismo ao abordá-lo enquanto fenômeno histórico, possuindo, desta maneira, uma gênese, um desenvolvimento, e tendo, um dia, um final.

Assim como Ernest Gellner e Benedict Anderson, Hobsbawm vê o início do

nacionalismo no século XVIII, como fenômeno do capitalismo. Enquanto Gellner afirma que “a sociedade inteira deve ser perpassada por uma só cultura superior padronizada, caso pretenda funcionar”,³⁰ Hobsbawm avança ao entender que mesmo que as línguas só possam ser padronizadas através da imprensa (como diz Anderson) ou pela escolaridade (o cerne de Gellner), para o historiador não se pode perder de vista que as nações são construídas pelo alto (como afirma Gellner), porém, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, em razão das esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns. No início do nacionalismo, próximo à Revolução Francesa, a nação não tinha a ver “com etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns”.³¹ Para aqueles homens e mulheres, o que compunha a essência de uma nação era o exercício da cidadania, o sentido de pertencimento, como bem descreveu Benedict Anderson.

No transcorrer do século XIX, o nacionalismo deixa de ter predominância revolucionária e passa a estar sob a hegemonia liberal. Dessa maneira, poderíamos dizer que a liberdade se sobrepôs a igualdade, dentro de uma perspectiva da tríade do discurso revolucionário. Isso favoreceu a que o que importasse para o nacionalismo liberal fosse a economia, mesmo que observassem a cultura em determinados discursos. O nacionalismo econômico teve importância também na Europa, em uma dada conjuntura histórica, não sendo privilégio dos países latino-americanos, e nos limites desse trabalho, do Brasil da experiência democrática de 1945-1964.

É importante ressaltarmos que Hobsbawm vê nas massas votantes a força que a questão nacional toma pós 1880. Para o autor, o fenômeno do nacionalismo só “se tornou crescentemente central na era da política de massas e da democratização europeia”.³² Pois nessa conjuntura histórica, o nacionalismo passava por uma alteração não de finalidades, mas de objetivos: suas finalidades eram as mesmas da época da Revolução Francesa, unir o povo; seus objetivos, modificaram-se, de princípios políticos de cidadania para princípios econômicos de expansão do capitalismo.

Eric Hobsbawm desmonta com algumas explicações culturais para o nacionalismo. Sobre o uso da língua como elemento nacionalista, Hobsbawm demonstra sua inutilidade, dado que é “um conceito erudito, e não vivido”.³³ Responde aos que vêem nas etnias um elemento de coesão nacional, afirmando que a etnicidade não é crucial na formação do Estado-nação, pois eles são formados por uma multiplicidade de etnias. Desta maneira, evidencia como o nacionalismo etno-linguístico não tem bases reais de existência, sendo um constructo cultural de formação ideológica.

Para Hobsbawm, o apogeu do nacionalismo se dá na Europa Ocidental no período do

pós Primeira Guerra Mundial até 1950. A partir da formação da Liga das Nações como resposta ao colapso dos impérios multinacionais da Europa Central e Oriental e da Revolução Russa, o princípio de nacionalidade do presidente estadunidense Wilson fez com que as fronteiras dos Estados coincidissem com as fronteiras das nacionalidades e das línguas. Ao longo do tempo essa divisão artificial traria novas transformações ao nacionalismo, em especial ao dos Estados mais recentes, como Alemanha e Itália, pois “o nacionalismo sofreu uma mutação: de um conceito associado ao liberalismo e à esquerda, para um movimento da direita chauvinista, imperialista e xenófoba, ou mais precisamente, da direita radical”.³⁴ Processo de transformação semelhante poderia ser descrito como o acontecido no Brasil: na passagem do nacionalismo do período democrático, para o nacionalismo ufanista dos ditadores militares que assumiram o Estado com o golpe civil-militar de 01 de abril de 1964. Hobsbawm, ao analisar o período entre-guerras na Europa, aponta que “o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subsequentemente pela experiência da luta antiimperialista nos países coloniais”,³⁵ o que nos permite relacionar o nacionalismo e as esquerdas no Brasil, em razão principalmente de um discurso comum antiimperialista ao longo do período 1945-1964.

Por fim, Eric Hobsbawm analisa o período posterior a 1950 na Europa. Com a perspectiva de fim do século XX, o autor demonstra como o nacionalismo – inicialmente um fenômeno histórico do capitalismo que visava a união do povo e posterior expansão passou, ao longo dos anos, de um discurso liberal e de esquerda a um discurso xenófobo e de direita – já não se preocupava mais com o desenvolvimento histórico, em uma perspectiva otimista. Os nacionalismos de fins do século XX passaram a ser “essencialmente negativos, ou melhor, separatistas. Daí, a insistência colocada nas diferenças étnicas e lingüísticas, que aparecem, às vezes, de forma individual ou combinada com a religião”.³⁶ No entanto, reafirma o caráter histórico do nacionalismo mais recentemente, ao nos advertir que embora “nada de bom advirá disso”, também “não vai durar para sempre”.³⁷ Embora o nacionalismo brasileiro não tenha se desenvolvido de forma separatista como o europeu, sofreu significativas mudanças ao longo de sua existência por ser um fenômeno histórico. É a partir dessa contribuição de Eric Hobsbawm como instrumento de análise que nos valeremos no desenvolvimento deste artigo, de forma consciente, sem nos preocuparmos em seguir o mesmo padrão evolutivo do nacionalismo europeu, pois há muito já sabemos que as realidades históricas seguem seus próprios rumos.

2. O Nacionalismo no início da década de 1950: gênese e primeiros passos do ISEB

Segundo Simon Schwartzman, foi a partir de agosto de 1952 que um grupo de intelectuais começou a se reunir para discutir os grandes problemas da sua época, em especial os relativos às formas de o país superar o subdesenvolvimento.³⁸ Como o local de encontro desse grupo era o Parque Nacional de Itatiaia – entre o Rio de Janeiro e São Paulo – ele ficou conhecido como Grupo de Itatiaia. E, já a partir de 1953, esse grupo se articulou para criar o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e editar os *Cadernos de Nosso tempo*. Ainda segundo Simon Schartzman “a importância do IBESP e dos Cadernos é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subseqüentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)”.³⁹

Segundo Schwartzman, o IBESP teria funcionado entre 1953 e 1956, tendo editado 5 volumes dos referidos Cadernos. Embora o autor aponte o IBESP e os *Cadernos de Nosso Tempo* como sendo o berço da ideologia do nacionalismo e do ISEB, temos bastante claro que o nacionalismo já era uma constante no Brasil dos anos 40/50, sendo o diferencial do IBESP e dos *Cadernos de Nosso Tempo*, segundo o autor, a sistematização desse nacionalismo, que é o que ele aponta como “toda a ideologia do nacionalismo”.

O foco da apresentação sobre os *Cadernos de Nosso Tempo* escrita por Simon Schwartzman é o IBESP. Ele cita o ISEB apenas como um continuador do projeto do IBESP, ao contrário de Caio Navarro de Toledo que tem no ISEB seu foco privilegiado de análise, e por isso mesmo, cita o IBESP apenas como embrião do ISEB.⁴⁰

Schwartzman, assim como Toledo em relação ao ISEB, aponta existirem diferentes correntes teóricas na composição do IBESP. O que se justifica, dada a extensa nominata dos colaboradores dos *Cadernos de Nosso Tempo*.⁴¹ Mesmo com essa longa lista de nomes, e com a pluralidade de interpretações que ela possibilitava, alguns elementos davam coesão e unidade a esses intelectuais, em maior ou menos grau, a saber:

A preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro, a busca de uma posição internacional de não alinhamento e de “terceira força”, um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública, maior participação de setores populares na vida política(...)⁴²

Ainda segundo Simon Schwartzman, os intelectuais do IBESP tinham em seu horizonte de análises

a grande preocupação do IBESP com temas relativos à política internacional (...) parece responder ao clima particularmente agudo da Guerra Fria no início da década de 50, não permanecendo no tempo a não ser no esforço de aproximação com os novos países africanos, e uma idéia de uma política externa independente que não deixaria de produzir seus frutos.⁴³

No estudo de Caio Navarro de Toledo, tornado clássico sobre o ISEB, suas preocupações são de caráter ideológico e filosófico, como ele mesmo faz questão de esclarecer no prefácio da obra.⁴⁴ Com refinada análise utilizando-se de um aparato conceitual baseado em ideologia e alienação, conceitos marxistas muito bem trabalhados pelo autor, sua obra privilegia aquilo que consideraremos o segundo momento do nacionalismo, quer seja, o nacional-desenvolvimentismo. O próprio autor nos adverte quanto a isso: “Detivemo-nos particularmente no exame dos trabalhos isebianos publicados durante o período chamado de desenvolvimentismo (governo Juscelino Kubitschek – 1956-1960), embora sejam assinaladas algumas referências que apontam para (e interpretam) outros momentos da vida da instituição”.⁴⁵

Para Toledo “a idéia-matriz que permitiu a criação do ISEB estava sendo gestada desde os primeiros anos do último governo Vargas. Pode-se mesmo afirmar que o ISEB sucedeu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP)”.⁴⁶ Toledo se refere ao Decreto nº 57.608, datando de 14 de julho de 1955, assinado pelo presidente João Café Filho, como sendo o momento de fundação do ISEB.⁴⁷ E acrescenta outros nomes componentes do IBESP que não constavam na lista de Schwartzman, como Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier, que somados aos nomes de Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida e Hélio Jaguaribe, formariam o núcleo dos intelectuais de “primeira hora” do ISEB.⁴⁸

A estrutura, ou organograma como os bacharéis em Administração gostam de denominar, seria a seguinte à época da sua criação:

O Conselho Consultivo, o Conselho Curador e a Diretoria Executiva. O Conselho Consultivo, órgão de orientação geral, era constituído por cinquenta membros, designados pelo ministro da Educação e Cultura, entre “cidadãos representativos dos diversos ramos do saber ou da ação, relacionados com os estudos ou as atividades sociais, econômicas e políticas do país”. O Conselho Curador, órgão de direção do ISEB, com a assistência do Conselho Consultivo, compunha-se de oito membros, igualmente designados pelo ministro da Educação e Cultura, “dentre cidadãos de notória competência nos assuntos que constituem objeto das atividades do ISEB”. A

Diretoria Executiva, órgão de execução das deliberações do Conselho Curador, era exercida por um diretor eleito pelo Conselho Curador dentre os seus membros. Além desses órgãos, contava o ISEB, na sua parte docente, com cinco departamentos responsáveis pela organização dos cursos e pelas demais atividades culturais patrocinadas pela instituição.⁴⁹

Caio Navarro de Toledo separa o ISEB em três fases: 1) da criação até a “encampação” juscelinista (um curto período, de aproximadamente 6 meses); 2) o quinquênio juscelinista (no qual aprofunda seu trabalho); 3) o período que acompanha as Reformas de Base (nesse período, a análise é extremamente superficial; seria algo correspondente aos Governos Jânio Quadros e João Goulart).⁵⁰ Toledo faz a seguinte afirmação, a respeito da fase “3”: “A perspectiva nacionalista – decisiva no momento anterior – aqui se encontra, se não negada, pelo menos sensivelmente atenuada”.⁵¹ Não estamos de acordo com essa afirmação, por entendermos que nessa fase o nacionalismo se radicaliza, à esquerda do espectro político.⁵²

Outros elementos que favoreceram ao desenvolvimento do nacionalismo nesse início dos anos 1950 podem ser encontrados a partir da Campanha do Petróleo, como apontado por Octavio Ianni.⁵³ Além disso, o nacionalismo ganha ainda mais força a partir do suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954 e da divulgação da sua carta testamento, fator de mobilização popular até então desconhecido na sociedade brasileira.⁵⁴ No plano das relações internacionais já se fazia presente, no interregno Café Filho, a busca pelo “restabelecimento de relações comerciais com a China e os países do Leste Europeu”⁵⁵ com base em princípios da soberania nacional, e que mais tarde seriam difundidos e implementados pela Política Externa Independente (PEI).⁵⁶

A soma desses diversos elementos faz com que, segundo Lucília de Almeida Neves, as décadas de 1940 e 1950 tenham sido cheias de otimismo, almejando-se “implementar um projeto de nação comprometido principalmente com o desenvolvimento social”.⁵⁷ E essa perspectiva que abordaremos no segundo momento do nacionalismo brasileiro durante a experiência democrática.

2. O nacional-desenvolvimentismo: quando os intelectuais do ISEB debateram um projeto de desenvolvimento para o país

Segundo Francisco Weffort, é a partir de 1956 que o nacionalismo se consubstancia,

pois “o nacionalismo constitui-se, sem dúvida, a partir do governo Kubitschek, em centro de polarização ideológica”.⁵⁸ Chegando o mesmo autor a afirmar que “as posições políticas passaram a se definir em razão do nacionalismo”.⁵⁹ O nacionalismo, dessa maneira, evidencia-se como o elemento definidor da vida política do Brasil para o período. É a partir dele que, via de regra, tanto os partidos políticos quanto as demais formas de organização social vão se definir no espectro político. É, pois, dentro de nosso marco temporal, o elemento constitutivo das disputas pelo poder, nos mais diversos níveis.

Muitas são as controvérsias a respeito do nacional-desenvolvimentismo, uma junção de dois conceitos: o nacionalismo e o desenvolvimentismo. Ele pode ser entendido, segundo Angela de Castro Gomes, como “uma manifestação da transição dos países latino-americanos de uma fase de economia dependente de base agrário-exportadora para uma fase moderna de expansão urbano-industrial, em que a existência das massas é uma das características”.⁶⁰ Ainda é um conceito muito amplo, podendo ser aplicado no caso brasileiro ao vasto período de 1930 a 1990. Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca, o termo desenvolvimentismo, de forma geral, é associado no Brasil a partir da década de 1950 com os governos Vargas e JK.⁶¹ No entanto, Fonseca percebe que o desenvolvimentismo tem raízes muito mais antigas, podendo ser encontradas na conjugação de quatro elementos, presentes no período colonial, imperial e republicano, a saber: o nacionalismo, a defesa da indústria, o papelismo⁶² e o positivismo. Dessa forma o nacionalismo já é uma das componentes do fenômeno desenvolvimentista, não sendo possível este realizar-se sem a organicidade dos quatro elementos acima descritos. Contudo, Pedro Cezar Dutra Fonseca nos adverte de que o desenvolvimentismo só atinge a lógica que lhe confere sentido quando é capaz de articular os seus quatro elementos constituintes em uma relação entre Estado, economia e sociedade; e que isso aparece pela primeira vez no Rio Grande do Sul, em 1928, quando Getúlio Vargas assumiu a Presidência do Estado. Tendo como objetivo central de seu trabalho a busca pelas origens (gênese e precursores) do desenvolvimentismo no Brasil, Pedro Fonseca não se mostra preocupado em explicar os distintos momentos do desenvolvimentismo ao longo dos 50 anos que se seguem a seu início (periodização próxima a 1928-1980, de forma não rigorosa). Por isso mesmo, em nenhum momento Fonseca se vale, nesse trabalho, do termo nacional-desenvolvimentismo. Para ele, bem como para nós, o nacionalismo já está constituído como um dos embriões do desenvolvimentismo. Não se faria, portanto, necessária essa explicação ao tratarmos do conceito de *desenvolvimentismo* – amplamente trabalhado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU), ao longo do fim dos anos 40 e anos 50.⁶³ Mas, por entendermos que para o nosso objeto de estudo, mesmo

que ele esteja empenhado fundamentalmente no desenvolvimento econômico do Brasil, acreditamos ser o conceito de nacionalismo o mais útil, dado que um dos nossos principais objetivos é perceber como os intelectuais do ISEB procuraram interferir nos rumos do país.

Para tanto trabalharemos, neste momento, com o conceito de nacional-desenvolvimentismo. Buscaremos opiniões diversas das de Angela de Castro Gomes e Pedro Cezar Dutra Fonseca, por entendermos que se faz necessário aproximar-se da perspectiva que norteava a sociedade brasileira na segunda metade da década de 1950, destacadamente em seus debates intelectuais.

Caio Navarro de Toledo tem, em seu livro, mais esse mérito. Mesmo que ele saiba, no fim da década de 1970, que o nacional-desenvolvimentismo foi mais associado ao capital externo privado do que ao nacional, ele se preocupa em seu trabalho em demonstrar, a partir da análise das obras dos intelectuais do ISEB, como eles “forjaram” o nacional-desenvolvimentismo em bases ideológicas. Toledo sustenta, em última instância, que os membros do ISEB – embuídos de um sentido de mudança para a sociedade brasileira, e entendendo como sendo papel dos intelectuais interferirem em prol dessa mudança – pretendiam “urgentemente, agir; porém, procuram fazê-lo por meio do único instrumento que lhes está à disposição: a elaboração teórica, ou melhor, o pensamento ideológico”.⁶⁴ A elaboração de uma ideologia genuinamente nacional, visando superar ao subdesenvolvimento, era o que o ISEB, através de seus pensadores, pretendia realizar. Fabricar uma ideologia seria a sua função.

No entanto, Caio Navarro de Toledo, ao longo de seu trabalho, aponta as incongruências na fabricação dessa ideologia, a saber, o nacional-desenvolvimentismo. Contrariando as definições marxistas de ideologia, em especial as da vertente do próprio Marx de *A Ideologia Alemã*, os intelectuais do ISEB (com exceção de Nelson Werneck Sodré) pretendiam elaborar uma ideologia a priori; organizar um conjunto de idéias relativamente ordenadas que possibilitassem “desempenhar um papel ativo na transforma o de toda a sociedade, unificando os interesses gerais da na o”.⁶⁵ Excetuando-se Nelson Werneck Sodré, os demais isebianos não tinham no seu horizonte conceitual a ideologia como uma forma de domina o; para eles, a ideologia não passava de elucubra o teórica capaz de mostrar os caminhos corretos a serem seguidos na dire o de um fim nobre, quer seja, a “necessidade da implanta o definitiva do capitalismo como supera o do subdesenvolvimento”.⁶⁶ Perspectiva que também o tinha Nelson Werneck Sodré sobre o nacionalismo, de acordo com a visão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que buscava nesse período a revolu o burguesa no Brasil. Para esse historiador (ao menos nesse período) o nacionalismo “não foi inventado, não

surge da imaginação de uns poucos, nem vive da teoria, mas da prática”.⁶⁷ Nunca é demais lembrar que tanto os isebianos, como os membros do PCB viam a implantação do capitalismo como a afirmação da industrialização; para esses dois grupos, nesse momento, o principal adversário do desenvolvimento brasileiro seria o latifúndio agrário-exportador.⁶⁸

Para Caio Navarro de Toledo, o nacional-desenvolvimentismo tem início e fim com o Governo Juscelino Kubitschek,⁶⁹ mesmo que elaborado por uma instituição relativamente autônoma do governo (Toledo enfatiza que a ideologia nacional-desenvolvimentista é fruto do ISEB, e não do governo; mesmo que esse tivesse encampado suas formulações).⁷⁰ O fim do Governo JK seria o fim das ilusões que o capitalismo pregou nos isebianos. O fim do nacional-desenvolvimentismo está relacionado com a percepção de que o desenvolvimento veio para poucos e não para toda a nação, como imaginavam os membros do ISEB. Ao sobressair o desenvolvimento em relação ao nacional, percebeu-se que tudo não passara de ilusão. Essa crítica passou a ser realizada a partir do último ano do Governo JK, em especial a partir da eleição de Jânio Quadros e derrota de Henrique Teixeira Lott em 1960⁷¹, abrindo o período que Toledo considerou como pós-desenvolvimentista:

Realizando o quinquênio desenvolvimentista, o que se verificou foi a exata negação de pressupostos e aspirações das ideologias nacional-desenvolvimentistas: ao invés de *autonomia* ou desalienação nacional, tem-se o estreitamento dos vínculos de *dependência* metropolitana; ao contrário do crescimento equilibrado e harmonioso, verifica-se o desenvolvimento acentuando as disparidades regionais e determinando “satelizações” internas; em lugar do beneficiamento de todas as classes, constata-se o aprofundamento das disparidades entre as classes sociais. Mas, ainda assim, os projetos de desenvolvimento forjados pela instituição – ao não darem conta das oposições e distinções ao nível da esfera ideológica, bem como dos antagonismos de classes – continuavam, substancialmente, a serem os mesmos, como se pode verificar em algumas formulações pós-desenvolvimentistas. Também neste sentido, não se conseguiam superar os limites da consciência ideológica de frações das camadas dominantes.⁷²

Porém, escapa da perspectiva de Caio Navarro de Toledo que esse período, por ele denominado de pós-desenvolvimentista, mantém firmes contornos nacionalistas.⁷³ Mesmo com a crítica realizada por alguns membros do ISEB ao nacional-desenvolvimentismo pela sua associação ao imperialismo e ao desenvolvimento associado com o capital estrangeiro, a crítica ao imperialismo se reforça. Note-se que em nenhum momento, sob a justificativa de ter como objetos de estudo a ideologia e a filosofia, Caio Navarro de Toledo tenha se referido a Guerra Fria. Para o autor, é como se não tivesse ocorrido a bipolaridade das relações internacionais, a corrida armamentista, a corrida espacial (o Sputnik e a cadela Laika estão no centro das atenções nesse período), a Conferência de Bandung exigindo espaço para os países

Não-Alinhados ou a Revolução Cubana, que trouxe a latino-americanização da Guerra Fria. Esses elementos, todos, reforçaram o nacionalismo no Brasil. Se o nacionalismo, por pressuposto, oculta as contradições de classe (e essa era uma análise que muito poucos conseguiam vislumbrar naqueles meados da década de 1950), ele pode reforçar o antiimperialismo. O subdesenvolvimento volta a ser atacado, não mais apenas pela via do desenvolvimento, que se mostrou ineficaz, mas pela via da libertação nacional. Se não há uma alteração estrutural nessa modificação – como já sabia Toledo em 1977 quando escreveu a primeira edição de seu livro – isso não era tão claro assim no período estudado. Para aqueles intelectuais, de fins dos anos 1950 e início dos 1960, o nacionalismo poderia ter um caráter revolucionário.

Vânia Maria Losada Moreira analisa de forma consistente o Governo Juscelino Kubitschek.⁷⁴ Sua perspectiva de trabalho é inovadora ao perceber que o epíteto “anos dourados” foi forjado por uma classe social interessada na implementação do capitalismo conciliado com a democracia para o Brasil.⁷⁵ Para a autora, o período juscelinista não pode ser compreendido sem a inter-relação de três projetos de sociedade: o nacional-desenvolvimentista, defendido e implementado por JK; o ruralista, conservador e autoritário; e o nacionalista econômico, de corte reformista e popular. Como na perspectiva ruralista o nacionalismo não é o foco fundamental, nos centraremos para este trabalho nos outros dois projetos.⁷⁶

Embora a autora não defina claramente a diferença entre o uso de “*desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo*”⁷⁷ fica claro, ao longo de sua argumentação, que ela os equivale ao conceito de nacional-desenvolvimentismo como abordado por Caio Navarro de Toledo enquanto produção isebiana e cronologicamente compatível ao período de Governo Kubitschek. Para ela, essa equivaleria à vertente liberal do nacionalismo brasileiro.

Antes de ingressarmos na outra vertente do nacionalismo brasileiro definida por Moreira como nacionalismo econômico, se faz necessário uma alusão ao que a autora classificou como “grupos progressistas”.⁷⁸ Para a autora, esses grupos eram constituídos por políticos preocupados com o atendimento de certas demandas sociais, geralmente associados com os políticos trabalhistas.⁷⁹ A definição é correta, pois avança em relação a certas classificações fechadas, ao mostrar que havia políticos “progressistas” em partidos como o PSD e a UDN, em especial a “Ala Moça” e a “Bossa Nova”, respectivamente. No entanto, a diferenciação não se faz operacional, pois se

algo efetivamente unia, sem maiores problemas, os chamados ‘grupos progressistas’, era o crescente interesse e atenção que dispensavam ao que então se entendia por ‘*desenvolvimento sobre bases nacionais*’ ou, mais resumidamente, ‘*desenvolvimento nacional*’. Tendiam a agir politicamente como um bloco, tal como ficou exemplarmente evidente na constituição informal da chamada Frente Parlamentar Nacionalista.⁸⁰

A explicação da autora para essa diferenciação está calcada no fato de o nacionalismo ser um fenômeno político capaz de agregar diferentes setores e classes sociais, ocultando as tensões e contradições entre eles. Mas no foco mais estrito deste trabalho essa diferenciação não se faz necessária, pois a autora mais adiante diz que, a despeito de que “nem todos os nacionalistas eram progressistas, já que a ‘linguagem nacionalista’ continuou presente nos discursos de setores sociais e políticos conservadores e até mesmo reacionários, quase todos os progressistas se definiam como nacionalistas”.⁸¹

Mesmo que à primeira vista pareça haver certa ambigüidade nos argumentos de Vânia Moreira ao alertar que “o ingrediente nacionalista, por si só, serve muito pouco para qualificar e explicar os projetos sociais historicamente em disputa no Brasil”,⁸² em razão de o nacionalismo ser utilizado por distintos grupos e classes sociais (e aqui ela está se referindo ao comunismo e ao integralismo no Brasil pós 30)⁸³ e que “nos anos JK, portanto, o nacionalismo era não apenas um ingrediente ideológico, mas também e fundamentalmente um movimento político e social em plena expansão”⁸⁴ é preciso termos em mente o elucidativo trabalho de Eric Hobsbawm, capaz de historicizar o fenômeno nacionalismo mostrando como, em cada conjuntura histórica, ele pode ter um significado e um uso diferenciado.

Em argumentação próxima àquela de Caio Navarro de Toledo, Vânia Maria Losada Moreira verifica ter havido, no último ano do Governo Juscelino Kubitschek, um importante ponto de inflexão no movimento nacionalista. Avançando em relação ao trabalho de Toledo por perceber uma evolução paralela no nacionalismo entre a vertente liberal (ISEB) e o nacionalismo econômico (não é demais lembrar que Toledo faz a análise sempre em relação ao desenvolvimento do ISEB, o separando em três períodos), Moreira vê na eleição de 1960 o rompimento entre as duas vertentes nacionalistas. Para a autora, assim como para Toledo em certa medida, a razão foi a reavaliação do papel do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional, principalmente por alguns intelectuais vinculados ao ISEB. A partir dessas conclusões, os nacionalistas econômicos, ainda no Governo JK, começaram a articular um novo discurso:

propuseram inúmeras políticas disciplinares aos investimentos diretos de capital: o

controle sobre a remessa de lucros, *royalties* e dividendos para minimizar o impacto da drenagem de recursos para fora do país; a exclusividade de investimentos estatais em setores estratégicos da economia, como o setor de energia; e a política externa independente, isto é, desvinculada dos interesses tanto do bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, quanto do socialista, capitaneado pela então União Soviética, para garantir uma industrialização centrada antes nos interesses internos do que na bipolarização internacional da Guerra Fria.⁸⁵

Difundir esse novo discurso para os setores populares. Colocar esse novo discurso em prática. Realizar uma virada reformista no nacionalismo econômico, enfatizando dentre seus componentes uma nova forma de organização da política exterior do país. É disso que vai tratar nossa próxima seção, ao abordar o nacional-reformismo.

3. O nacional-reformismo: a autocrítica dos intelectuais

É com o amadurecimento dessa vertente do nacionalismo brasileiro (nacionalismo econômico) que os elementos que o constituem começam a se reordenar. Momentos de ruptura com o nacional-desenvolvimentismo já podem ser encontrados com a eclosão da Revolução Cubana, em plano externo, e com a eleição de Jânio Quadros derrotando Henrique Teixeira Lott, no plano interno.

A Revolução Cubana (1959) se realiza, primeiramente, de forma antioligárquica, retirando o poder das mãos do pequeno grupo que governava a ilha e que mantinha relações muito próximas com os Estados Unidos. Não demora ao processo revolucionário cubano tomar medidas antiimperialistas, que tiveram grandes repercussões na América Latina. No Brasil não foi diferente.⁸⁶ Os setores nacionalistas econômicos começavam a perceber no imperialismo, notadamente o estadunidense, um empecilho para o desenvolvimento. Começara-se a perceber, com mais força, que não era apenas o latifúndio agrário-exportador que obstaculizava o desenvolvimento do país. O imperialismo estadunidense, que ganhou cadência com a Revolução Cubana, se mostrava como objeto de combate. A *Operação Pan-Americana* (OPA), do Ministério das Relações Exteriores, começava a sofrer críticas dos setores nacionalistas econômicos, por manter uma postura essencialmente “americanista”, vendo nos Estados Unidos parceiro prioritário para as relações comerciais e diplomáticas. O nacionalismo, almejando a defesa da soberania nacional, começava a rearticular um discurso de independência nas relações internacionais, rompendo com o paradigma “americanista”, que via nos Estados Unidos a melhor solução na busca pelo desenvolvimento por vias

internacionais. Começavam a surgir novas idéias, algumas inclusive na busca de um novo paradigma, talvez o próprio “globalista”,⁸⁷ do qual a Política Externa Independente se tornaria o exemplo maior.

Com a eleição de 1960 todos os setores nacionalistas se uniram na candidatura Lott.⁸⁸ Sua derrota foi importante momento de inflexão, gerando necessários esforços organizados para uma nova configuração do discurso nacionalista; papel que caberia aos intelectuais, agora com nova orientação ideológica. Não bastava mais apenas o país se desenvolver economicamente, se os resultados desse desenvolvimento não melhorassem as condições de vida do povo brasileiro. Povo, nesse momento, se torna o elemento definidor do nacionalismo, haja visto que a nação já fora construída. Agora, era chegada a hora de se reformar o que tinha sido realizado.

Embora tenhamos optado deliberadamente por enfocarmos o ISEB na construção do nacionalismo brasileiro como o centro por excelência da idéia de forjar uma consciência nacional, ao menos outros dois centros tiveram importante papel na elaboração do nacionalismo brasileiro, com destaque para a transformação que passou a sofrer no limiar dos anos 50, realizando-se como um nacionalismo a favor de reformas no capitalismo brasileiro. Embriões do nacional-reformismo, além do ISEB em sua última fase, e responsáveis pelas articulações capazes de alocar reformas no desenvolvimento conquistado, foram o Partido Comunista Brasileiro e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).⁸⁹ Embora centros políticos por definição, tanto o PCB quanto a FPN contaram em seus quadros com considerável número de intelectuais que perseguiram a superação do subdesenvolvimento brasileiro em moldes bastante próximos aos do ISEB.

Mesmo sendo posto na ilegalidade ainda em 1947, o Partido Comunista Brasileiro desempenhava um papel importante ao longo do período 1945-1964. Já na primeira eleição presidencial seu candidato alcançara 10% dos votos. Contava com destacadas personalidades do mundo intelectual brasileiro.⁹⁰ Após o suicídio de Getúlio Vargas, teve na luta pela industrialização uma das suas mais importantes bandeiras, talvez só comparável ao papel que atribuíam à luta contra o latifúndio e o imperialismo, presentes desde a sua fundação, em 1922.⁹¹

Com as “teses de 1958” os comunistas brasileiros passaram a defender uma ampla aliança nacionalista, inclusive com aquilo que à época se denominava burguesia nacional.⁹² É dessa época que, em artigo na Revista Brasiliense (organizada por Caio Prado Júnior), Hermes Lima, que não era comunista, afirmava: “O nacionalismo não supõe exclusivamente o Estado intervencionista. Supõe, isto sim, o Estado na liderança, no comando da política de

desenvolvimento, no estímulo direto ou indireto de medidas promocionais de desenvolvimento”.⁹³O que Hermes Lima propõe, e que os comunistas aceitam ao menos discutir, é o papel do Estado como promotor do desenvolvimento nacional, sendo organizado a partir de uma aliança nacionalista. Este tipo de vínculo, já em 1958, nos dá uma razoável dimensão das relações que os comunistas terão com a Política Externa Independente, com Hermes Lima enquanto Ministro das Relações Exteriores e/ou Presidente do Conselho de Ministros, e com o próprio João Goulart. Este vínculo, na grande maioria das vezes, será de apoio as medidas implementadas – em especial no tocante a PEI – pois se “as teses de 1958 abandonam a rejeição ao imperialismo em geral para se concentrarem no imperialismo dos Estados Unidos”⁹⁴ o paradigma “globalista” da Política Externa Independente não deixa de ser uma forma de autonomia frente aos EUA nas relações internacionais, portanto, rejeitando o imperialismo estadunidense como queriam os comunistas.

Se os comunistas nutriam esses sentimentos antiestadunidenses, fazendo deles um dos componentes essenciais de sua participação nas frentes nacionalistas, perspectiva instigante nos abre Carla Simone Rodeghero em seu estudo feito a partir dos documentos elaborados pelos postos diplomáticos estadunidenses no Brasil.⁹⁵ A autora percebe que, no início dos anos 1960, as preocupações dos Estados Unidos no Brasil não se dão apenas com o comunismo em estrito sentido, mas sim em relação ao nacionalismo que estava se transformando:

O perigo comunista parece fazer sentido quando se observa que esses norte-americanos usavam um conceito mais largo de comunismo no que se refere ao Brasil, englobando manifestações de nacionalismo e/ou antiamericanismo. E, em nível continental, isso se mesclava à preocupação em manter a América Latina longe da expansão comunista. A ‘perda’ de Cuba já havia acontecido e o desdobramento dos acontecimentos políticos no Brasil teria conseqüências no relacionamento norte-americano com o conjunto dos países da América Latina.⁹⁶

Assim, acreditavam que o nacionalismo do início dos anos 1960, com suas posturas antiestadunidenses, poderiam fazer do Brasil uma nova Cuba. E projetavam – em razão da experiência cubana – que o Brasil poderia em um segundo momento se declarar socialista. Em nada os tranqüilizava a Política Externa Independente, com sua retomada de relações diplomáticas com a URSS e o Leste Europeu.

Já nos meios políticos institucionalizados no Estado, a Frente Parlamentar Nacionalista se constituiu em 1956, composta por 55 deputados federais.⁹⁷Embora tenha existido ao longo dos mandatos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, foi ao longo do período de João Goulart que “a FPN ganhou maior dinâmica e melhor

visibilidade”.⁹⁸ Nesse período, ampliou seu número de integrantes para 61 deputados federais, sendo o partido hegemônico em seu interior o PTB, com 30 deputados federais.⁹⁹

A Frente Parlamentar Nacionalista gozava de relativa influência na sociedade durante o Governo Goulart. Desde 1960 estava comprometida com as Reformas de Base, embora houvesse divergências entre seus membros em relação à reforma agrária. Embora Lucília de Almeida Neves Delgado explique essas divergências no nível partidário, sendo os vinculados ao PTB favoráveis a reforma no campo, e os do PSD, PRP e PR não terem dado o apoio integral a esta, acreditamos que a resposta a essa divergência se encontra oculta pelo caráter próprio do nacionalismo, capaz de unir distintos projetos políticos, por vezes inclusive antagônicos, encobrendo suas diferenças apenas até certo ponto. Apesar disso, inegável é o papel desempenhado pela Frente, pois “contribuiu enormemente para a difusão de teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentistas, tanto nos poderes Executivo e Legislativo federais, como também na sociedade civil”.¹⁰⁰

As contribuições do ISEB somadas as do PCB e da FPN possibilitaram outro desdobramento do conceito de nacionalismo: o de nacional-reformismo. A nosso ver, ele é o termo mais próximo da realidade do Brasil no início dos anos 1960. O projeto político do presidente João Goulart pode ser descrito como tendo caráter nacional-reformista em razão de pugnar a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando ao desenvolvimento do país. Para este fim foram importantes a sistematização da Política Externa Independente – que tinha como um dos preceitos fundamentais o desenvolvimento econômico a partir das relações internacionais do Brasil no contexto da Guerra Fria –, a criação do 13º salário, o “Estatuto do Trabalhador Rural” – que levava os direitos sociais aos trabalhadores do campo –, a Lei da Remessa de Lucros (que limitava o envio de capitais para o exterior) e a criação da Eletrobrás.

Embora muitas das reformas de base já tramitassem no Congresso Nacional desde 1956¹⁰¹, foi apenas com a posse de João Goulart (possível somente com o aceite da tutela parlamentarista) que a discussão sobre sua implantação tomou consistência e caráter sistêmico. Houve avanços e recuos ao longo do Governo Goulart na implantação das reformas de base. Conforme os setores nacionalistas – influenciados pelo papel protagonista de seus intelectuais – pressionavam por sua implantação, os setores conservadores endureciam suas obstruções. De um lado intelectuais, sindicatos, partidos de esquerda e ligas camponesas exigiam sua implementação; de outro, entidades empresariais como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (ambos os institutos patrocinados com verbas estadunidenses) e partidos conservadores se opunham a

sua realização. Impossível se referir ao início dos anos 1960 no Brasil sem apontar o papel desempenhado pelas reformas de base. No dizer de Daniel Aarão Reis Filho, são elas:

a reforma agrária, a bandeira mais brandida, prevendo a utilização racional da terra e sua distribuição aos camponeses sem terra ou com pouca terra; *a reforma urbana*, capaz de disciplinar o uso e a posse do solo urbano, e de controlar a ganância e o abuso dos proprietários de imóveis e de especuladores de terrenos; *a reforma tributária*, deslocando para o imposto de renda o peso da carga fiscal, de modo a despejar nos mais ricos ônus maiores, proporcionais a seus bens; *a reforma eleitoral*, conferindo voto aos analfabetos, que, na época, segundo as estatísticas, representavam quase metade da população economicamente ativa; *a reforma bancária*, fazendo com que as estruturas financeiras direcionassem o crédito segundo critério social e nacionalmente orientados; *a reforma do estatuto do capital estrangeiro*, privilegiando-se o capital produtivo, devidamente direcionado para áreas determinadas, definidas de acordo com os interesses do país, e taxando a remessa de lucros para o exterior; *a reforma universitária*, colocando a ciência e a pesquisa a serviço da sociedade brasileira e dos chamados interesses nacionais.¹⁰²

Como se pôde observar, a luta pelas reformas – impulsionada pelos intelectuais do ISEB em companhia dos intelectuais do PCB e da FPN – mobilizava toda a nação. Para os setores populares, representaria avanços consideráveis nas suas condições de vida. Para os grupos dominantes, poderia representar perdas irreparáveis para sua sustentação. Todas as reformas apelavam, em maior ou menos grau, implícita ou explicitamente, ao aperfeiçoamento do capitalismo no Brasil, utilizando-se do discurso nacionalista produzido pelos intelectuais com vistas a maior incorporação social. Nenhuma delas, nem por um momento, se aproximava de medidas socialistas ou mesmo comunistas, como eram genericamente acusadas pelos que as combatiam. Como assevera Carla Rodeghero: “Tal combate, todavia, parecia estar mais ligado aos perigos representados pelo nacionalismo e pelo antiamericanismo do que pelo comunismo”.¹⁰³ Não era o comunismo que os setores dominantes da sociedade queriam bloquear, embora ele fosse a tônica do discurso; o inimigo era o nacionalismo, mas não o mesmo nacionalismo dos anos 40/50. O inimigo era o nacional-reformismo.

A isso se somava a Política Externa Independente, pois contrariamente ao que aconteceu à PEI no Governo Quadros, durante o Governo Goulart “a política externa não estava desvinculada da política interna”.¹⁰⁴ A mesma soberania que se dizia buscar internamente se manifestava externamente, ao respeitar a soberania de Cuba frente as tentativas estadunidenses de expulsão do quadro da Organização dos Estados Americanos (OEA); a mesma autonomia que o nacionalismo reformista defendia pra o Brasil frente ao capital externo era defendida nas relações externas, ao comercializar produtos com o Leste Europeu naquele período considerado a fase mais quente da Guerra Fria.¹⁰⁵ O projeto

nacional-reformista estava presente em todas as disputas políticas do período; ocasionava, inclusive, a radicalização dessas disputas políticas, como se pode ver nas palavras de Osny Pereira Duarte, membro do ISEB nesse período: “A revolução, entre nós, denomina-se reformas de base (...) Toda revolução pacífica ou violenta tem de importar em reforma de base, ou não será revolução”.¹⁰⁶

Embora muitos de nós saibamos desde muito tempo que as contradições fundamentais da sociedade são aquelas que se operam ao nível das lutas de classe, não seria uma análise correta do período aquela que ocultasse a existência da Guerra Fria. Ao afirmarem que o nacional-reformismo simplesmente deslocou o conflito de classes, perde-se a perspectiva histórica, dado que “o privilégio concedido à ‘libertação nacional’ não tinha, então, valor algum de álibi visando evitar a luta de classes; muito simplesmente, o Brasil vivia a hora do advento do Terceiro mundo”.¹⁰⁷ O nacionalismo econômico, e sua evolução reformista, não poderiam deixar de lado sua principal configuração: o desenvolvimento a partir de bases nacionais.

Em 2005, ao se completarem 50 anos da fundação do ISEB, Caio Navarro de Toledo organizou um livro intitulado *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*, composto de depoimentos de personagens importantes deste instituto e de artigos acadêmicos analisando as suas contribuições. Em seu artigo, Caio Toledo parece tentar responder a algumas lacunas que ficaram em seu trabalho maior.¹⁰⁸ Seu foco, neste novo trabalho, será os anos 1960, em especial o “governo Goulart – momento em que a instituição assumiu abertamente uma direção e uma orientação de esquerda –, o ISEB passou também a empunhar com vigor a bandeira das reformas sociais (agrária, bancária, política, administrativa, universitária, etc)”.¹⁰⁹

A tese central de seu trabalho é uma contraposição entre o ISEB e o IPES. Utilizando-se da categoria aparelho ideológico, ele alinha o ISEB a uma variante do Estado, enquanto o IPES estaria alinhado com a sociedade civil. Segundo o autor, o IPES era partidário de uma democracia liberal com reduzida participação popular, além de condenar as reformas de base e as “tentativas legislativas de disciplinar o capital estrangeiro e a prática de uma política externa soberana e independente”.¹¹⁰ Sendo o Governo Goulart um governo de muitas lutas sociais, Caio Navarro de Toledo procura evidenciar mais uma delas: *a luta entre intelectuais*.

O que outrora o autor designava como “último ISEB”, agora passa a ser incorporado pelo nacional-reformismo. Assim, mesmo em uma análise sem a mesma densidade que tinha a anterior – preocupada com o período nacional-desenvolvimentista – Caio Navarro de Toledo avança ao ter incorporado algumas críticas relativas à falta de contextualização

histórica e política do trabalho anterior. Mesmo esse artigo não tendo a mesma solidez filosófica de seu clássico, ele mostra avanços consideráveis ao dar dimensão concreta à análise do período ora estudado. Procurando suprir uma lacuna importante da história do ISEB, deixada aberta por ele mesmo, Caio Toledo a enriquece, incorporando a seu trabalho teórico a conjuntura histórica.

Conclusão

Ao longo deste trabalho objetivamos entender de que formas os intelectuais vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros procuraram intervir no debate político da década de 1950 e primeira metade da de 1960. Ao proporem um projeto de desenvolvimento para o país esses intelectuais lançaram mão do uso do conceito de nacionalismo. Dessa forma, procuramos perceber de que maneiras a utilização desse conceito se desenvolveu ao longo do período enfocado, bem como o papel dos intelectuais nesse processo.

Ao abordar o fenômeno do nacionalismo neste trabalho, procuramos dimensioná-lo de forma teórica e histórica. Para tanto, nos valem das contribuições da discussão realizada por autores como Ernest Gellner, Benedict Anderson e Eric Hobsbawm. Estes autores, em especial a partir da década de 1980, contribuíram para o amadurecimento das discussões de um conceito tão complexo como o nacionalismo.

Ao analisar o projeto nacionalista dos intelectuais do ISEB no Brasil durante os anos 1950 e início dos 1960, foi possível, principalmente a partir das conclusões de Hobsbawm, demonstrar como o conceito de nacionalismo se modificou ao longo do tempo, que embora breve cronologicamente, foi extremamente denso em termos de lutas políticas.

Com o Governo Getúlio Vargas (1951-1954), podemos perceber a emergência do conceito nas lutas políticas. Ao implementar uma maior participação do Estado no desenvolvimento nacional, o projeto de início dos anos 1950 trabalhava de forma embrionária com o nacionalismo, sendo a origem das discussões que este conceito propiciou ao longo da experiência democrática brasileira do período.

Ainda no Governo Café Filho, mas especialmente ao longo do Governo Juscelino Kubitschek, o nacionalismo foi forjado enquanto ideologia pelos intelectuais do ISEB. Esta instituição, embora autônoma, mantinha fortes vínculos com a administração JK. Seus intelectuais foram os grandes divulgadores da idéia do nacional-desenvolvimentismo; através

dessa ideologia, procuravam legitimar o desenvolvimento do Brasil em bases nacionalistas.

Com o fim do Governo JK, a crítica da experiência nacional-desenvolvimentista foi realizada também pelos intelectuais vinculados ao ISEB. A ilusão desenvolvimentista teve fim. Alguns intelectuais do ISEB, juntamente com intelectuais do PCB e parcelas da sociedade brasileira, perceberam os limites concretos do nacional-desenvolvimentismo; que o desenvolvimentismo se realizara com relativo sucesso, porém às expensas do nacional.

No Governo Goulart, uma nova transformação tomou o nacionalismo no Brasil. Com as críticas elaboradas, numa dimensão que priorizava um discurso de reformas no capitalismo, para integrar maiores parcelas da sociedade à nação, foi se consubstanciando o caráter distributivista do nacionalismo, o que radicalizou o conceito, tanto teórica quanto concretamente, ao terem as lutas sociais do período também se radicalizado. Foi isto que tentamos demonstrar ao longo deste trabalho.

¹SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-241.

²RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

³SIRINELLI, op.cit., p. 232.

⁴Idem, *Ibidem*, p. 235.

⁵Idem, *Ibidem*, p. 258-259.

⁶Mesmo no interregno Café Filho, o debate em torno do nacionalismo mantém sua força e atualidade, como no episódio da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) que favoreceu a entrada de capitais estrangeiros no país. Além disso, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi criado em 14 de julho de 1955, pelo Decreto número 57.608, assinado pelo presidente João Café Filho. TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 203.

⁷Outros estudiosos dirão, ainda, que o nacionalismo e a nação têm mais de dois milênios, como é o caso de Anthony D. Smith ou Lord Acton, embora essa não seja a periodização utilizada para essa pesquisa. ACTON, Lord. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 23-43; SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.

⁸Ver os textos de Lord Acton e Otto Bauer, na coletânea organizada por BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 23-43; 45-83.

⁹No momento em que escrevo esse capítulo, a ONU realiza uma sessão extraordinária para avaliar a declaração de independência de Kosovo.

¹⁰GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo : trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1983.

¹¹É o caso, fundamentalmente, da noção de racionalidade. Idem, *Ibidem*, p. 38-40.

¹²Em linhas gerais, a teoria da modernização preconiza a passagem da sociedade agrária para a sociedade industrial, com o aparecimento das migrações e da sociedade de massas.

¹³GELLNER, op.cit., 1983, p. 44. Os grifos são nossos, para demonstrar como, mesmo em uma análise mais sociológica, a perspectiva dinâmica do conceito nacionalismo já se encontrava presente.

¹⁴Idem, *Ibidem*, p. 55.

¹⁵Idem, *Ibidem*, p. 59.

¹⁶Os outros elementos fundamentais do Absolutismo europeu eram o monopólio da cobrança de impostos e o monopólio da cunhagem de moedas.

¹⁷GELLNER, op.cit., 1983, p. 63. Uma das facetas do que viremos a definir mais adiante como nacional-reformismo é a educação. Tanto para Leonel Brizola como João Goulart, a educação da população é uma das formas de superar o subdesenvolvimento nacional. O caso de Brizola salta aos olhos, em nosso Estado, o Rio Grande do Sul, pois durante seu mandato de governador criou 680 mil vagas escolares (FERREIRA, O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964 in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.)*.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.354). Já a importância que Goulart dava a educação é destacada por Jorge Ferreira: “Inovações verdadeiramente impactantes foram implementadas no campo da educação. Sem contar com a universidade de Brasília, uma reviravolta no sistema universitário brasileiro, Darcy Ribeiro, no Ministério da Educação, publicou a Enciclopédia da Professora Primária, em nove volumes. Além de uma gramática e um atlas, manuais pedagógicos foram publicados, a exemplo de *Como alfabetizar*, *Como ensinar a ler*, *a escrever e a contar*, *Como ensinar aritmética*, *Como ensinar ciências naturais*, *Como ensinar história*, *Como organizar a recreação e os desportos na escola*. Outra iniciativa foi o lançamento da Biblioteca Básica Brasileira, em 10 volumes, com 15 mil exemplares cada, enviada para escolas secundárias e universidades, cobrindo os clássicos brasileiros da literatura, história, língua, entre outras áreas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi finalmente efetivada, determinando que 12,45% do orçamento federal fosse investido exclusivamente em educação.” FERREIRA, op.cit., 2003, p. 361. Tempos interessantes esses do nacionalismo brasileiro, ainda mais confrontados com os atuais, quando a Governadora do Estado corta 55% das turmas do Colégio Júlio de Castilhos – a mais tradicional escola pública do Estado, onde estudaram, dentre outros: Moacyr Scliar, Flávio Alcaraz Gomes, João Gilberto Noll, Paulo Brossard de Souza Pinto, Paulo Vinentini, Paulo Sant’ana, Luciana Genro – e fecha mais de 100 escolas no Rio Grande do Sul. É certo que não vivemos mais tempos nacionalistas no Brasil, no entanto, não era necessário termos retrocedido tanto.

¹⁸GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 114-115.

¹⁹Idem, Ibidem, p. 115.

²⁰ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

²¹Infelizmente, o livro com o qual trabalhamos não foi traduzido dessa maneira. Mas a fama que esse trabalho conquistou imortalizou o título original em praticamente todas as discussões sobre a temática.

²²ANDERSON, op.cit., p. 12.

²³Idem, Ibidem, p. p. 14.

²⁴Idem, Ibidem, p. 15.

²⁵O romantismo alemão, posteriormente à Revolução, fará da cultura e da etnia os elementos principais do nacionalismo. Idem, Ibidem, p.15-16.

²⁶Idem, Ibidem, p. 20.

²⁷Idem, Ibidem, p. 98. Os grifos são do autor, mas bem poderiam ser nossos, dado que evidenciam aquilo que estamos querendo demonstrar.

²⁸Idem, Ibidem, p. 115. Os grifos em negrito são nossos.

²⁹HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

³⁰GELLNER, op.cit., 2000, p. 117.

³¹Idem, Ibidem, p. 33

³²Idem, Ibidem, p. 55-56.

³³Idem, Ibidem, p. 74.

³⁴Idem, Ibidem, p. 144.

³⁵Idem, Ibidem, p. 176.

³⁶Idem, Ibidem, p. 196.

³⁷HOBSBAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.282.

³⁸SCHWARTZMAN, Simon. Seleção e introdução. In: *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: 1979, p. 3.

³⁹Idem, Ibidem, p. 3

⁴⁰TOLEDO, op.cit, 1997.

⁴¹São eles: Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida, Carlos Luís Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fabio Breves, Heitor Lima Rocha, Hélio Jaguaribe, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos, Juvenal Osório Gomes, Moacir Félix de Oliveira e Oscar Lorenzo Fernandes. SCHWARTZMAN, op.cit., p. 3.

⁴²Idem, Ibidem, p. 3.

⁴³Idem, Ibidem, p. 4. Quando o autor se refere a “não permanecendo no tempo...” está se referindo, provavelmente, ao fato de essa preocupação não estar entre as preocupações centrais dos intelectuais do ISEB no período de 1956-1960.

⁴⁴TOLEDO, op.cit., p. 12-13.

⁴⁵Idem, Ibidem, p. 26.

⁴⁶Idem, ibidem, p. 203.

⁴⁷A alusão a esse documento também é feita por Alzira Alves de Abreu. Além disso, ela traz algumas instigantes vinculações entre membros do ISEB, como Hélio Jaguaribe, e o Governo Vargas. ABREU, Alzira Alves de.

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 412.

⁴⁸TOLEDO, op.cit., p. 204.

⁴⁹Idem, Ibidem, p. 204.

⁵⁰Idem, Ibidem, p.205-209. Em trabalho realizado quando do cinquentenário da fundação do ISEB, em 2005, aproximadamente 28 anos depois da publicação da 1ª edição de “Fábrica de Ideologias”, Caio Navarro de Toledo aborda especificamente o Instituto durante o Governo Goulart. Veremos isso mais adiante.

⁵¹Idem, ibidem, p. 209.

⁵²Essa afirmação de Toledo, estranhamente, destoa do que ele afirma ao longo dos capítulos 5 e 6 de sua obra; na sua análise, em especial nas páginas 157-166 e 184-188, o autor demonstra a própria crítica realizada por alguns isebianos, como Álvaro Vieira Pinto e Osny Pereira Duarte, que já fazem a denúncia sobre a subordinação do nacional ao desenvolvimento ao longo do quinquênio juscelinista, e o papel que os próprios intelectuais do ISEB tiveram nesse processo.

⁵³IANNI, op.cit., 66.

⁵⁴PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 100.

⁵⁵ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006, p.40.

⁵⁶ Para saber mais sobre a Política Externa Independente, ver: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política Externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (orgs.) *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O Governo João Goulart (1961-1964) no auge da Guerra Quente. *Luneta Digital*. Edição:01, Volume 01. Recife: Universidade Federal do Pernambuco, julho 2007. Acesso em 30/03/2008:

http://www.ufpe.br/nea/luneta/edicao_1pdf/o_governo_joao.pdf

⁵⁷NEVES, op.cit., p. 171.

⁵⁸WEFFORT, op.cit., 2003, p.24.

⁵⁹Idem, Ibidem, p. 24-25.

⁶⁰GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito in FERREIRA, Jorge (org.) O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 27.

⁶¹FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: *Revista Pesquisa e Debate*. São Paulo: Departamento de Economia PUCSP, Volume 15, nº 2 (26), p. 225-256, 2004. Tivemos acesso a uma cópia que o autor disponibiliza para seus alunos. Nessa versão, o texto está organizado da página 1 a 22, sendo estas, então, as páginas citadas nesse trabalho.

⁶²Termo que designa um tipo de política econômica do início do século XX no Brasil, orientada pela emissão de papel-moeda e pela necessidade de expansão do crédito para fazer a economia se desenvolver. Pedro Fonseca vê nos papelistas “o importante papel histórico de trazer à ordem do dia um ponto que no século XX seria marcante no desenvolvimentismo: admitir o crédito, o déficit público e os empréstimos como indispensáveis para alavancar a economia. Idem, Ibidem, p. 9.

⁶³Para Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida não é possível entender o Governo Juscelino Kubitschek exclusivamente como desenvolvimentista. O autor demonstra, ao longo de seu livro, que o nacionalismo esteve sempre presente durante o Governo JK, mesmo que em posição subordinada ao desenvolvimentismo.

⁶⁴TOLEDO, op.cit., p. 123.

⁶⁵Idem, Ibidem, p. p. 117.

⁶⁶Idem, Ibidem, p. 156.

⁶⁷Idem, ibidem, p. 73.

⁶⁸Num segundo momento, algo próximo do período que propomos como nacional-reformista, ao lado do latifúndio agrário-exportador estará presente, com maior veemência, o imperialismo, em especial o estadunidense.

⁶⁹O mesmo período é denominado por Lúcio Flávio de Almeida de “nacionalismo triunfante” ao longo de seu livro, como explica nas págs. 33 e 311.

⁷⁰TOLEDO, op.cit., p.41-43.

⁷¹Como nos lembra Vânia Maria Losada Moreira: “A derrota eleitoral de Lott para Jânio Quadros foi um golpe duro para o movimento. Instalou-se, logo depois, um processo de ‘autocrítica’, cujo resultado final foi o rompimento entre ‘nacionalistas’ e ‘desenvolvimentistas’.” MOREIRA, op.cit., 2003, p.175.

⁷²TOLEDO, op.cit., p. 199.

⁷³Por discordarmos da conceituação de Toledo para os anos 1960 como “pós-desenvolvimentista” por percebê-la como insuficiente e superficial, trataremos esse momento, em nosso próximo item, como nacional-reformista.

⁷⁴MOREIRA, op.cit., 2003.

⁷⁵Esse interesse conciliatório se realiza plenamente no Governo JK. No entanto, mais adiante nos turbulentos anos iniciais da década de 1960, esses mesmos grupos não se omitem ao sacrificar a democracia ao sentirem-se ameaçados frente a propostas de reformar esse capitalismo.

⁷⁶A análise que a autora faz do projeto ruralista é muito instigante. Segundo Vânia Moreira, o projeto ruralista era favorável a industrialização, por entender que esta era inevitável. Assim sendo, restaria aos produtores rurais aproveitarem o alargamento do mercado interno promovido pela industrialização e urbanização para ampliarem seus próprios mercados consumidores. Claro que isso não significa que os setores agrários deixassem de ser exportadores; antes, que poderiam ter mercados consumidores diversificados, o que lhe deixaria menos reféns de crises da economia internacional, como a de 1929. Sabedores do poderio econômico que exerciam, não temiam Juscelino Kubitschek. Entendiam-no como político confiável, sensível que fosse aos votos rurais e as suas pressões. A autora coloca JK e o nacional-desenvolvimentismo como o “caminho do meio” entre os ruralistas e os nacionalistas econômicos. Idem, *Ibidem*, p. 176-182.

⁷⁷Idem, *Ibidem*, p. 159. Grifos nossos.

⁷⁸Idem, *Ibidem*, p. 166.

⁷⁹MOREIRA, op.cit., 2003, p. 166-167. Embora a autora não faça referência, desde 1954 o PCB (mesmo que na ilegalidade) vem se aproximando do PTB na busca do atendimento dessas demandas sociais, como nos demonstra o trabalho de Lucília de Almeida Neves Delgado sobre o partido trabalhista. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 160-166.

⁸⁰MOREIRA, op.cit., 2003, p. 167. Grifos nossos.

⁸¹Idem, *Ibidem*, p. 169. Ao se referir a “quase todos os progressistas se definiam como nacionalistas” a autora extá fazendo a exclusão de alguns setores do Partido Socialista Brasileiro (PSB), conforme ela explica na nota de número 4, constando na p.192.

⁸²Idem, *Ibidem*, p. 169.

⁸³Mas podia estar também se referindo ao fato de que o nacionalismo teria uma divisão liberal e uma nacionalista econômica, como fez em seu trabalho anterior (MOREIRA, 1998), ou como o fez na pág. 170 deste artigo.

⁸⁴MOREIRA, op.cit., p. 169.

⁸⁵MOREIRA, op.cit., p.172-173. Por uma questão de esclarecimento, sempre que o termo Política Externa Independente estiver grafado com iniciais maiúsculas estaremos nos referindo a política externa dos governos Jânio Quadros e João Goulart. Sempre que o termo política externa independente estiver grafado com as iniciais minúsculas estaremos nos referindo às propostas sobre um novo modelo de política externa, ainda não implementadas.

⁸⁶A Revolução Cubana vai declarar seu caráter socialista em maio de 1961. Até então, as simpatias brasileiras serão muito fortes com relação à ilha, bastando lembrar que Fidel Castro visitou o Brasil, em 1959, e o então candidato a presidente Jânio Quadros visitou Cuba em 1960.

⁸⁷O paradigma globalista é aquele que orienta as relações internacionais do Brasil para um sentido mais amplo; se contrapõe ao paradigma americanista, que orientava as relações internacionais brasileiras como sócio privilegiado dos Estados Unidos.

⁸⁸Sobre o candidato Henrique Teixeira Lott, da aliança PSD-PTB, Lúcio Flávio de Almeida realizou exame tão bem-feito das contradições do candidato, que nos deixou com grande inveja intelectual. Segundo o autor, Lott “embora se apresentasse como apolítico, fez política o tempo todo; apresentando-se como legalista, cometeu – e não poderia deixar de fazê-lo – inúmeros atos caracterizáveis como ilegais. De formação autoritária, foi, em momentos cruciais, a grande esperança daqueles que lutavam pela democracia no Brasil; abertamente anticomunista, teve nas esquerdas sua mais permanente fonte de apoio e foi, perante os comunistas, o testemunho de que valia a pena apoiar o governo, pois neste havia uma ‘parte boa’ que deveria ser reforçada. Levadas até o fim, estas contradições arrastaram o general Lott para a política eleitoral. Virou peixe fora d’água”. ALMEIDA, op.cit., p 314.

⁸⁹Além desses dois centros formadores e transformadores do ideário nacionalista brasileiro, são importantes o Clube Militar e o Centro Popular de Cultura (CPC). Embora não nos detenhamos para os efeitos desse trabalho na análise desses dois centros, sabemos bem do grau de importância que eles tiveram em diferentes momentos do período 1945-1964 na elaboração do sentimento nacionalista no Brasil. O trabalho de Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida dá conta do papel do Clube Militar, inclusive com o uso da “Revista do Clube Militar” como fonte de trabalho (ALMEIDA, 2006). Para as relações que se deram entre o nacionalismo e o CPC (que em verdade eram mais do que um), o trabalho de Daniel Pécaut é um bom ponto de partida. PÉCAUT, op.cit, p. 152-165.

⁹⁰A lista é extensa. Podemos citar, dentre tantos outros: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Oscar Niemeyer.

⁹¹O termo *imperialismo* foi definido pela primeira vez em 1902, pelo economista inglês Hobson. Para este economista, o imperialismo era um fenômeno de nítido caráter econômico, já que os excedentes de capitais para exportação nas metrópoles eram derivados da falta de distribuição de renda. O revolucionário russo Lênin

sofística essa definição quando escreve que: “O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas.. LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1979, p. 88.

⁹²As “teses de 1958” ou “Resolução de 1958 do PCB”, podem ser encontradas em CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2ª ed. ampliada e atualizada. Brasília: UNB, 1985, p.365-385.

⁹³Revista Brasiliense, nº 18, julho-agosto de 1958, p. 17 *apud* PÉCAULT, op.cit., p.144.

⁹⁴PÉCAULT, op.cit., p.145.

⁹⁵RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

⁹⁶Idem, Ibidem, p. 164.

⁹⁷DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 368.

⁹⁸Idem, Ibidem, p. 370-371.

⁹⁹Além dos deputados do PTB, Lucília de Almeida Neves Delgado nos informa de 12 do PSD, 10 da UDN, e 9 de outros partidos, como o PSP, PR, PSB. Idem, Ibidem, p. 372.

¹⁰⁰Idem, ibidem, 2007, 373.

¹⁰¹Luiz Alberto Moniz Bandeira apresenta o início da tramitação das reformas, separadamente, nos seguintes anos legislativos: reforma bancária (1950); desapropriação por interesse social (1953); autorização para formação da Eletrobrás (1954); leis trabalhistas para o trabalhador rural (1957); disciplinar o ingresso de capitais estrangeiros (1958); disciplinar a remessa de lucros (1959). A reforma agrária não consta da lista. MONIZ BANDEIRA, op.cit., p. 61-62.

¹⁰²REIS FILHO, op.cit., p. 329-330.

¹⁰³RODEGHERO, op.cit., p.164.

¹⁰⁴MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006, p. 35.

¹⁰⁵GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p.79; A idéia de Guerra Quente também é presente em Cesar Augusto Barcellos Guazzelli: “Antes do final de 1962, a crise de relacionamento de Cuba com os Estados Unidos atingiria um clímax, que foi talvez o momento mais agudo da Guerra Fria”. GUAZZELLI, Cesar A.B. *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993, p. 20.

¹⁰⁶MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 53.

¹⁰⁷PÉCAULT, op.cit., p. 180.

¹⁰⁸TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 137-164.

¹⁰⁹Idem, Ibidem, p. 149. Há uma significativa diferença entre como o autor abordou essa fase do ISEB no trabalho anterior, e como está abordando agora, com traços muito mais positivos.

¹¹⁰Idem, ibidem, p. 151.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 409-432.

ACTON, Lord. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 23-43.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 45-83.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2ª ed. ampliada e atualizada. Brasília: UNB, 1985, p.365-385.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

——— Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 357-376.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política Externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (orgs.) *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

——— O Governo João Goulart (1961-1964) no auge da Guerra Quente. *Luneta Digital*. Edição:01, Volume 01. Recife: Universidade Federal do Pernambuco, julho 2007. Acesso em 30/03/2008: http://www.ufpe.br/nea/luneta/edicao_1pdf/o_governo_joao.pdf

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964 in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia(orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 343-404.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: *Revista Pesquisa e Debate*. São Paulo: Departamento de Economia PUCSP, Volume 15, nº 2 (26), p. 225-256, 2004.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1983.

——— O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. *In*: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito *in* FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.

GUAZZELLI, Cesar A.B. *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

HOBBSAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. *In*: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 271-282.

——— *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1979.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ªed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *In*: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.18, nº35, p.329-360, 1998.

——— Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. *In*: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 155-194.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 167-203.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p.319-377.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. Seleção e introdução. In: *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: 1979, p. 3-6.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

———. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 137-164.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.